

0177

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO
DO ESTADO BRASILEIRO NO ATENDIMENTO AO JOVEM

Felícia Reicher Madcira

A Produção de Conhecimentos e as Intervenções do Estado no Atendimento ao Jovem

O texto que estou apresentando acabou com um título, extremamente pomposo para o conteúdo que ele efetivamente desenvolve. Decidi mantê-lo porque acredito expressa bem o conjunto de idéias que quero colocar em discussão, mas, advirto desde já, para não criar maiores expectativas que trata-se apenas de algumas reflexões bastante recentes e portanto desarticuladas.

Pelo fato de eu ser uma das raras pessoas no Brasil que pesquisou jovens dos chamados setores populares sou freqüentemente chamada para participar de encontros, prestar assessoria subsidiando e/ou opinando sobre a intervenção do Estado nesta área social. A minha participação em reuniões como esta (Centro Latinoamericano sobre Juventude) que em última instância (acredito) pretende desenvolver o desejo e a vontade política de priorizar o atendimento do Estado ao jovem, aliada às interações com técnicos e setores da sociedade civil que atuam nesta área, me levaram a uma série de questionamentos.

Seria possível priorizar o atendimento ao jovem quando esta categoria social encontra-se extremamente ideologizada, estigmatizada e manipulada politicamente sob a denominação de menor? E se, por um passe de mágica fosse priorizada, contaríamos com um corpo de conhecimento teórico e uma prática de debate político-ideológico suficientemente desenvolvidos para implantar políticas integradas e adequadas para esta parcela da população?

E mesmo na conjuntura atual — diante de opções políticas que estão longe de priorizar a categoria jovem — seria possível imaginar uma intervenção mais adequada do Estado se o corpo de conhecimentos teóricos e o debate político-ideológico sobre a questão dos adolescentes e jovens estivessem mais desenvolvidos e articulados?

Antes de avançar nas considerações que pretendo desenvolver, gostaria de insistir que no momento minha posição não significa absolutamente privilegiar o conhecimento em detrimento da vontade política, ou privilegiar a atuação do intelectual em detrimento daquela desenvolvida por outros setores da sociedade civil e política. Acho que estamos apenas começando a rastrear uma reflexão que nos permita entender em quais conjunturas políticas, ou através de que processos os jovens começarão a ganhar identidade própria e presença específica na sua atuação política e como objeto de políticas públicas.

Estou querendo apenas destacar que as insuficiências e as manipulações político ideológicas por mim percebidas na atuação do Estado e em órgãos da sociedade civil na área de adolescentes e jovens podem, também, ser parcialmente imputadas à fragilidade do corpo de conhecimento sobre a questão, os vieses contidos nos paradigmas utilizados como referência de análise, à insipiência e as dificuldades de estabelecer um debate político-ideológico.

Apesar da consciência da estreita articulação entre os diferentes níveis de análise de que vou tratar, dada a imaturidade dessa minha reflexão vou tratá-las isoladamente.

1 — A Ausência Relativa do Debate Político/Ideológico

A partir de 1980, no rastro do processo de abertura democrática que se instala no país, as políticas públicas destinadas às diferentes parcelas da população começam a ser amplamente debatidas. O ano de 1982 foi especialmente importante pela possibilidade concreta do partido de oposição, o PMDB, chegar ao poder, o que efetivamente se concretizou.

Em São Paulo, a campanha assumiu uma faceta especial. Para desenhar e detalhar as plataformas da campanha eleitoral e as políticas específicas para diferentes clientelas no governo democrático criou-se grupos de trabalhos divididos por áreas. Uma das características marcantes destes grupos, era o nível de qualificação de seus componentes, freqüentemente ligados a altos postos nas Universidades, como aliás fica explícito na denominação pela qual o grupo ficou conhecido — Sorbone.

Pois bem, até onde vai minha lembrança não ouvi, em momento algum referência a políticas específicas para jovens ou adolescentes. Somente a parcela pobre da população entre 14-17 anos despertava algum interesse em duas áreas: educação e assistência social.

Na área de educação duas eram as questões fundamentais. Que tipo de curso médio oferecer a esta parcela da população, profissionalizante ou não? Como responder às enormes demandas por curso noturno apesar das resistências do corpo docente?

A resistência dos diretores e professores tinha a seguinte explicação. Segundo eles, apesar da enorme pressão por cursos noturnos, os alunos pobres não tinha efetivamente vontade e/ou condição de estudar. A escola, segundo eles, para os alunos pobres tinha prioritariamente a função de espaço social, de encontro de amigos.

Que diferença de posição com relação às escolas das famílias ricas ou remediadas, que desenvolvem todo um esforço para tornar a escola um espaço adequado para receber o adolescente!!!

Na área de assistência social discutia-se não a política do bem estar do jovem pobre e sua implementação, mas uma política do menor, calcada no Código de Menores, onde crianças e adolescentes pobres são considerados em "situação irregular"¹.

O debate não é efetuado igualmente pelos partidos políticos, pelos sindicatos e pela própria igreja. Isto não significa que tais setores da sociedade não reivindiquem ou atuem nesta área, mas que estas reivindicações estão completamente desvinculada de uma proposta para a área.

Os partidos políticos no Brasil, como de resto acontece em todos os outros países, têm desde sempre apelado à participação das parcelas jovens da sociedade. Como votantes, como ativistas entusiastas, como quadros, os jovens tem estado presentes nas organizações políticas ainda que escassamente em posições dirigentes. O mesmo tem sido feito pela igreja e os sindicatos.

Quanto tento refletir sobre esta omissão e as dificuldades que encontro quando sugiro esta reflexão encontro algumas pistas que passo a expor embora ainda desarticulada.

¹ Em anexo uma cópia do Código de Menores.

2 — O Estado Atual do Conhecimento, a Prevalência da Heterogeneidade Sobre a Semelhança

Para introduzir a questão decidi tomar como referência o texto de Cecilia Braslavsky, *Estudios e Investigaciones sobre juventud en América Latina: Balance e Perspectivas*, produzido para discussão nesta reunião, e como ponto de partida o momento em que a autora detém-se na análise da relação entre paradigmas predominantes e a temática da juventude.

Em determinado momento do trabalho, a autora conclui, a meu ver corretamente, que a crise dos paradigmas que vivemos atualmente na área de investigação social, a falta de um referencial teórico nítido e bem delimitado não impediu o florescimento de estudos sobre juventude, mas ao contrário, a falta de uma teoria satisfatória obrigou a todos aqueles que se ocuparam do tema a recorrer a diferentes elementos, de diferentes referências para dar conta das questões colocadas pelo ato social específico, o jovem.

Embora de uma forma geral eu concorde com a autora, me parece importante especificar melhor alguns pontos:

- o fato de recorrer-se a diferentes referenciais teóricos não decorre propriamente da inexistência de um referencial forte, mas da interdisciplinaridade que é imposta pela própria natureza do tema;
- a prevalência de um determinado paradigma ao invés de estimular, pode mesmo impedir que determinada temática aflore ou que se imponha com identidade e legitimidade próprias.

Este me parece, foi o caso do tema "juventude" no Brasil ao redor dos anos 60 quando a professora M. A. Foracchi decidiu-se por ele. Tenho algumas lembranças da resistência de parte do setor acadêmico progressista, que considerava a preocupação com a ques-

tão juventude (vista como uma questão de geração) como própria de investigadores contaminados pela ideologia burguesa, na medida em que a problemática assim formulada terminava por ocultar a realidade da luta de classes. Lembro de considerações na época que argumentavam que fazia sentido apenas estudar os atores sociais jovens enquanto ativistas ou militantes de diversas causas.

Tenho para mim (embora esteja me baseando exclusivamente na memória), que enquanto predominasse aquela ótica de inspiração marxista dificilmente o jovem emergiria nas análises como um ator social reconhecido, diferenciado, qualificado, legitimado e auto-identificado como tal, ou seja, a juventude não apareceria como um elemento identificatório fundamental do sujeito.

- Como último ponto, gostaria de lembrar que a emergência de um determinado tema pode, por si só, contribuir para a crise de paradigmas. Este foi o caso dos "estudos sobre mulher" e é também, a meu ver, o caso dos "estudos sobre o jovem".

A mulher como tema de estudo não questionou o paradigma marxista enquanto eram vistas como ativistas e militantes de movimentos e instituições. Naturalmente não questionou também enquanto pertenceram sobretudo a movimentos conservadores que apelavam para a bondade e caridade, baseados na identificação das mulheres com a tradição, com o status quo, com a transmissão da herança cultural e os valores morais freqüentemente vinculados à igreja.

As mulheres começam a questioná-lo quando vai emergindo a idéia de uma identidade própria que perpassa as classes, e mais, não se trata simplesmente de uma identidade enquanto mulheres de diferentes classes, mas uma identidade crítica, questionadora da ordem vigente e transformadora. É quando surge o feminismo como movimento social massivo, que leva as mulheres a converterem-se em sujeitos ativos que lutam pelo reconhecimento social de sua situa-

ção subordinada e a legitimação de suas demandas. Só neste momento os estudos de mulher acumulam a força necessária para questionar o paradigma marxista de inspiração mais ortodoxa. Hoje já é aceito o fato de que para entender a posição da mulher na sociedade não basta a referência a um sistema de interesses econômicos que supõe a produção (como no caso do homem adulto), é fundamental tomar como referência o processo de produção e reprodução da vida cotidiana e generacional da família.

Enfim, o que eu quis reforçar é que a ausência de uma paradigma forte e hegemônico talvez tenha sido a forma possível do tema se impor e legitimar-se.

A verdade é que sinto que o tema ainda sofre fortes resistências.

Ao longo do balanço que a autora realiza, ela destaca que a ausência de um paradigma aliada à natural interdisciplinaridade da temática fez com que na eleição dos elementos que cada autor recortou pesasse substancialmente três fatores — as histórias profissionais, ou seja a área de trabalho do indivíduo sociólogo, educador, etc; o grau de penetração dos diferentes paradigmas em seu âmbito de trabalho — o paradigma desenvolvimentista por exemplo entre os cepalinos; e a prioridade de certos problemas em relação a outros (por exemplo a forte presença da teoria do dualismo cultural na descrição e interpretação da situação dos jovens no Caribe de fala inglesa e de recente emancipação).

Nesta observação geral da autora falta, a meu ver, enfatizar o fato de que dependendo do paradigma que desfruta de maior penetração o jovem é delineado mais ou menos claramente como um ator social diferenciado, portador de uma identidade que permeia o conjunto de suas ações. No caso específico dos cepalinos, aos quais a autora refere-se, senti mesmo uma resistência à legitimação do tema, já que toda a preocupação dos autores tende a concen-

trar-se na forma de inserção no mercado de trabalho que a rigor definiria o modelo de desenvolvimento. Por outro lado, quando há entre os cepalinos uma referência mais específica aos jovens, elas costumam deter-se onde sua presença é visível e reconhecida no cenário público: o movimento estudantil e as juventudes políticas. Enfim, acabam detendo-se nas categorias que tem história de atuação na vida nacional.

Se tomarmos agora as formações profissionais como linhas divisórias, verificamos que aqueles oriundos da área de Ciências Sociais de uma forma geral compartilham hoje com a idéia de que a periodização da vida na infância, adolescência, maturidade e velhice, bem como a significação atribuída a cada uma destas etapas, na da tem de naturais, sendo antes histórica e socialmente engendradas. Assim, embora o ciclo de vida que vai do nascimento à morte seja fato ideológico universal, o recorte desse continuum, a consciência da singularidade de cada fase como dotada de características próprias e distintas, e mesmo a maior atenção concedida a uma ou outra apresentam notórias variações segundo épocas, sociedades e culturas.

É possível identificar também um certo consenso na área de Ciências Sociais em torno da concepção de juventude segundo dois critérios: 1) a autonomia relativa (fase em que a sociedade deixa de vê-la como criança e não lhe concede ainda status, papel e funções de adultos); 2) momento de transição entre a infância e a vida adulta.

Embora tenhamos sentido entre os sociólogos todo um esforço no sentido de delinear a categoria adolescente e jovem nos seus limites históricos, específicos e homogêneos, a maioria dos sociólogos procurou advertir enfaticamente para o perigo, a inconveniência de pensar a adolescência e a juventude nas suas características e nos problemas que apresenta como uma experiência gené-

rica e apontam para o fato de que, mesmo deixando de lado idiossincrasias e peculiaridades familiares, a palavra juventude encobre fenômenos bastante diversos de modo que talvez seja mais plausível falar de "juventudes".

Os sociólogos são unânimes também em afirmar que, entre os fatores que concorrem mais fortemente para o estabelecimento de diferentes formas de viver a juventude está o modo de inserção do sujeito e de sua família na sociedade, mais explicitamente na sociedade de classes. A partir desta colocação, é comum passar-se imediatamente a admitir que na América Latina o conceito de juventude restringe-se aos estratos mais favorecidos da sociedade.

Cecilia Braslavsky, no momento em que procura resumir as principais conclusões destaca que uma das contribuições mais importantes foi justamente "ter desmistificado definitivamente a idéia da existência de 'uma' juventude na América Latina. A juventude de cada país é muito diferente à dos demais, e no interior de cada nação os estilos de inserção e as modalidades de ação dos jovens variam notavelmente. Mais ainda, hoje se questiona inclusive a homogeneidade de cada setor juvenil considerado como um ator social específico e se fala, por exemplo, dos movimentos estudantis no lugar do movimento estudantil".

Não há dúvida na existência das diferenças assinaladas pela autora. Eu mesma as coloquei e enfatizei nos trabalhos que escrevi. Entretanto, à medida que aumenta meu contato com técnicos do Estado e setores da sociedade civil que atuam nesta área, mais me convenço de que a tarefa de esboçar um perfil de jovem que perpassasse as classes sociais (como escrevi em trabalho anterior) está longe de ter um interesse puramente teórico ou acadêmico. É preciso que a problemática específica do jovem se torne visível e socialmente aceita nas suas semelhanças e diferenças entre os diferentes setores da sociedade, para que se possa pensar em formulação

de atuação pública mais adequadas especialmente para a parcela mais carente desta população. Só assim poderemos evitar que comportamentos tidos como "típicos" de jovens na classe média, sejam encarados como "desvios decorrentes da pobreza" nos setores mais carentes da população.

Finalmente, gostaria de acrescentar, que da minha ótica, tanto as diferenças como as identidades e semelhanças que perpassam classes e países da América Latina foram igualmente assinaladas ao longo dos trabalhos recentes. Ambas são contribuições da maior importância, só que enquanto as diferenças mereceram destaque nos estudos de "juventude" em geral, as identidades e semelhanças mereceram destaque nos estudos sobre a "mulher jovem".

De fato, partiu de um grupo de mulheres que já contam com razoável tradição no manejo da análise das questões femininas, a percepção da necessidade de entender a problemática da mulher jovem na sua dupla especificidade — de mulher e de jovem.

Em primeiro lugar, o grupo percebeu e adotou com mais coerência o princípio sociológico de que o jovem é um ator específico com conduta bem diferenciada da que manifestam outros atores sociais. Deste pressuposto caminharam rapidamente para a adoção de um princípio metodológico obrigatório em estudos da juventude: as condutas juvenis dificilmente podem ser analisadas se não tomarem como referência as dimensões simbólicas da vida social.

As mulheres pesquisadoras puderam ser mais sensíveis a este princípio metodológico porque aprenderam no desenvolvimento prático de suas pesquisas que para entender a posição da mulher na sociedade não basta a referência a um sistema de interesses econômicos que supõe a produção (como no caso do homem adulto), é fundamental tomar como referência o processo de produção e reprodução da vida cotidiana e generacional da família. Ou seja, os

jovens, por não haverem ainda se integrado a um sistema de interesses econômicos, ao não dispor ainda de um lugar no sistema de reprodução e finalmente não haver assumido ainda responsabilidades familiares, respondem mais claramente em sua ação e articulação a motivações próprias de uma esfera da dimensão simbólica tais como a cultura, o imaginário, a comunicação, o discurso etc.

Em segundo lugar, acostumadas a recorrer ao conceito de dominação simbólica foi fácil para o grupo de pesquisadoras adotar a postura de que há "classes de idade, classes sexuais e classes sociais" sugerida inicialmente por Bourdieu. Defende este autor que no seio da sociedade "se dá uma luta pelo monopólio da representação legítima do mundo social" e existe "a tentação de uma visão soberana", capaz de fixar os limites e as fronteiras, e, como um censor "situar uma pessoa, um ato ou uma opinião em seu lugar hierárquico apropriado, com todas as conseqüências práticas desta situação". Nem as mulheres nem os jovens, em nossa sociedade, são grupos capazes de exercer uma hegemonia de visão. Na verdade, o tema da "mulher jovem", por definição se coloca em conflito com as representações sociais hegemônicas de dois ângulos: por classe de idade (enquanto jovem) e por classe sexual (enquanto mulher). Trata-se portanto de um ponto de intersecção de duas formas de dominação simbólicas de natureza diferente. (Valdês, 1984)

Conseqüências práticas desta dupla subordinação são difíceis de constatar. Assim por exemplo há um certo consenso na sociedade de que a autonomia da jovem é ainda mais relativa que do jovem do sexo masculino, que sua responsabilidade familiar é menor. Este consenso não passa despercebido nem ao Estado nem tampouco ao empregador. É a partir dele que as trabalhadoras jovens são qualificadas como trabalhadoras de contribuição mínima na família o que na prática significa a atribuição de menor valor de mercado a um trabalho, comparativamente, de maior valor real.

3 — A Valoração das Políticas Sociais Alternativas Via Comunidade Civ

Concordo plenamente com Cecília Braslavsky quando ela destaca que a década de 80 se inaugura com o amplo predomínio da discussão da questão modernização x democracia, colocando-se na mesa de debates muito mais questões e problemas específicos do que tentativas e esforços de explicações globais da sociedade, da economia e política. Questões como: que implicações tem pagar ou não pagar a dívida externa? Como compartilhar a massificação do sistema de ensino com uma alta qualidade? Como resolver o problema da crescente exclusão do emprego produtivo? Como promover o desenvolvimento tecnológico com autonomia? etc., estão nas universidades, nos meios de comunicação, nos jornais etc.

No Brasil, a permanência de enormes desequilíbrios na desigual distribuição da renda, apesar do capitalismo dinâmico, modernizador e incorporador de mão-de-obra que prevaleceu ao longo do período autoritário acabou de certa forma priorizando a questão: Como as políticas públicas sociais de um governo democrático podem contribuir para resgatar a dívida social acumulada?

A estratégia montada de governo democrático, vista agora, com o distanciamento de alguns anos foi bastante simples.

Foi feito um diagnóstico baseado em dois níveis de análises.

De um lado, tratou-se de estabelecer um quadro dramático da situação social do país, denunciando os graus de pobreza e miséria da população.

Do outro lado, com um tom menos público e alarmista foram sendo identificadas as perversões do padrão brasileiro de proteção social, isto é, o perfil que em conjunto foram adquirindo as políti

cas públicas de corte social. As críticas recaíam sobretudo sobre o padrão de financiamento, o excesso de centralização e a falta da participação da população nos programas de intervenção estatal. Havia também uma tendência muito forte em defesa dos mecanismos alternativos e desburocratizadores da forma de prestação de serviços na área social. Uma idéia que foi ganhando força e da organização e distribuição de bens e serviços correndo paralela à máquina burocrática. Esta idéia acabara se alinhando com a idéias da participação popular, já que faz parte do diagnóstico a idéia de que a máquina é emperradora, que consumia por volta de 80% dos recursos em atividades meio e não em atividades fins.

As políticas alternativas, ou os programas sociais como ficaram mais conhecidos, foram realizados basicamente via convênios e consórcios com prefeituras mas também foi muito forte a ativa participação comunitária, sobretudo nos programas de Promoção Social, Habitação e Alimentação.

Nas áreas em que a atuação comunitária via convênios e consórcios foi mais representativa foram também as áreas onde a dramaticidade do quadro foi traçada com linhas mais fortes e negras.

Hoje temos condições de falar com mais segurança que no início dos anos 80, no rastro do processo de democratização houve claras tentativas de superdimensionar o volume e as condições de pobreza dos chamados setores populares da sociedade. No caso específico de São Paulo, temos mesmo condições de mostrar que esta tendência teve o apoio e o incentivo de alguns setores progressistas da igreja católica.

A conduta mais comum é interpretar ou mesmo manipular os dados, tendendo para o sentido comentado. Outra também comum, consiste simplismente em não apresentar dados cujos resultados contrariam as versões que o pesquisador tem da realidade analisada.

É verdade que a grande maioria dos usuários destas informações desconhecem completamente a existência de qualquer tipo de manipulação. Entretanto não foram poucos aqueles que tinham plena consciência deste tratamento dado às informações estatísticas e justificam-na em nome de uma postura que deveria (ainda que fosse manipulando dados e entrando no jogo dos meios de comunicação) deixar clara as mazelas e seqüelas do modelo concentrador de renda que prevaleceu nos vinte anos de regime autoritário.

Na área da habitação, a inflação dos indicadores das péssimas condições de moradia da população de baixa renda ocorreu especialmente na oscilação e dimencionamento da caracterização da população moradora em cortiço, dentro da idéia de que a denúncia das favelas já não sensibilizava o suficiente.

Apenas para dar uma idéia da disparidade as informações, as cifras apontadas pelo noticiário variaram de 1 milhão (jornal do Brasil, dez. 1981; antes do governo democrático) de moradores em cortiços até 4 milhões (Folha da Tarde, 15 agos. 1983 após o governo democrático).

Com relação a jovens e crianças de rua (menores) já ouvi e li que existiam no Brasil 32 milhões, 25 milhões de crianças abandonadas, sem que disponhamos, ainda, de qualquer base real para sua avaliação.

A minha participação por um ano enquanto representante da Fundação Carlos Chagas no Conselho de Representantes do Programa do Menor do Estado de São Paulo, deixou claro que por trás dos discursos inflacionadores de "menores carentes e abandonados" haviam objetivos bem mais concretos e práticos. Órgãos públicos ou organizações da sociedade civil (sobretudo a igreja) procuravam superdimensionar o volume e a carência de sua clientela específica e com isso conseguir canalizar um volume mais expressivo de verbas

diretas ou repasses das mesmas. Crianças e jovens em "situação irregular" significam a criação e manutenção de uma estrutura especial, paralela de atendimento; significam dinheiro (salários e convênios), votos, acesso aos meios de comunicação de massa. Crianças e jovens em "situação irregular" acabam por ser a razão de existir de organismos internacionais e nacionais; públicos e privados. Diz-se, por exemplo, que cada criança que perambula pela Praça da Sé (praça central de São Paulo) é "atendida" por ou "serve" a 6 programas diferentes especializados em meninos(as) de rua.

O Conselho de Representantes do Programa do Menor* foi desativado e seus dois objetivos — uma articulação e integração entre as diferentes políticas públicas para a clientela de crianças e jovens (objetivo proposto por todos os representantes) e um debate político-ideológico do tema (proposto por alguns representantes) absolutamente frustrados. Teve entretanto um saldo positivo, o de ter propiciado, pela primeira vez no Estado de São Paulo, uma experiência de convívio entre representantes da sociedade civil, tornando mais nítida as divergências e os impasses.

Finalizando: É verdade que a preocupação com o atendimento integrado ao adolescente e jovem é um tema novo no país e que está começando a se constituir como objeto de conhecimento. Trata-se também de um objeto de conhecimento bastante complexo, na medida que implica de imediato, numa necessidade de resposta a necessidade/direitos de pelo menos dois interlocutores frequentemente em conflito — o jovem e a família — e que apela por uma abordagem interdisciplinar.

* O Conselho de Representantes do Menor era estruturado de forma idêntica aos demais, sendo composto por representantes das Secretarias de Estado e da Sociedade Civil. Os demais Conselhos são: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; Conselho do Meio Ambiente; Conselho da Pessoa deficiente.

A novidade e a complexidade do tema podem explicar a pobreza e o desvio de conhecimento que dispomos — teórica e empírica — mas são limitações que podem ser superadas, desde que haja desejo político para tanto. Reuniões deste tipo certamente contri-
buem neste sentido.

¹⁷ Código de Menores (Lei n.º 6.697, de 10.10.1979):

"Art. 2.º — Para os efeitos desse Código, considera-se em situação irregular o menor:

I. privado das condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II. vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;

III. em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se de modo habitual em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV. privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V. Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI. autor de infração penal".

¹⁸ Código de Menores:

"Art. 99 — O menor de dezoito anos a que se atribua autoria de infração penal será desde logo encaminhado à autoridade judiciária.

§ 2.º — Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o menor à repartição policial especializada ou a estabelecimento de assistência, que apresentará o menor à autoridade judiciária no prazo de 24 horas".

¹⁹ Código de Menores:

"Art. 94 — Qualquer pessoa poderá e as autoridades administrativas deverão encaminhar à autoridade judiciária competente o menor — que se encontre em situação irregular nos termos dos incisos, I, II, III e IV do art. 2.º desta Lei".

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO
DO ESTADO BRASILEIRO NO ATENDIMENTO AO JOVEM

Felícia Reicher Madeira

trar-se na forma de inserção no mercado de trabalho que a rigor definiria o modelo de desenvolvimento. Por outro lado, quando há entre os cepalinos uma referência mais específica aos jovens, elas costumam deter-se onde sua presença é visível e reconhecida no cenário público: o movimento estudantil e as juventudes políticas. Enfim, acabam detendo-se nas categorias que tem história de atuação na vida nacional.

Se tomarmos agora as formações profissionais como linhas divisórias, verificamos que aqueles oriundos da área de Ciências Sociais de uma forma geral compartilham hoje com a idéia de que a periodização da vida na infância, adolescência, maturidade e velhice, bem como a significação atribuída a cada uma destas etapas, na da tem de naturais, sendo antes histórica e socialmente engendradas. Assim, embora o ciclo de vida que vai do nascimento à morte seja fato ideológico universal, o recorte desse continuum, a consciência da singularidade de cada fase como dotada de características próprias e distintas, e mesmo a maior atenção concedida a uma ou outra apresentam notórias variações segundo épocas, sociedades e culturas.

É possível identificar também um certo consenso na área de Ciências Sociais em torno da concepção de juventude segundo dois critérios: 1) a autonomia relativa (fase em que a sociedade deixa de vê-la como criança e não lhe concede ainda status, papel e funções de adultos); 2) momento de transição entre a infância e a vida adulta.

Embora tenhamos sentido entre os sociólogos todo um esforço no sentido de delinear a categoria adolescente e jovem nos seus limites históricos, específicos e homogêneos, a maioria dos sociólogos procurou advertir enfaticamente para o perigo, a inconveniência de pensar a adolescência e a juventude nas suas características e nos problemas que apresenta como uma experiência gené-

rica e apontam para o fato de que, mesmo deixando de lado idiossincrasias e peculiaridades familiares, a palavra juventude encobre fenômenos bastante diversos de modo que talvez seja mais plausível falar de "juventudes".

Os sociólogos são unânimes também em afirmar que, entre os fatores que concorrem mais fortemente para o estabelecimento de diferentes formas de viver a juventude está o modo de inserção do sujeito e de sua família na sociedade, mais explicitamente na sociedade de classes. A partir desta colocação, é comum passar-se imediatamente a admitir que na América Latina o conceito de juventude restringe-se aos estratos mais favorecidos da sociedade.

Cecilia Braslavsky, no momento em que procura resumir as principais conclusões destaca que uma das contribuições mais importantes foi justamente "ter desmistificado definitivamente a idéia da existência de 'uma' juventude na América Latina. A juventude de cada país é muito diferente à dos demais, e no interior de cada nação os estilos de inserção e as modalidades de ação dos jovens variam notavelmente. Mais ainda, hoje se questiona inclusive a homogeneidade de cada setor juvenil considerado como um ator social específico e se fala, por exemplo, dos movimentos estudantis no lugar do movimento estudantil".

Não há dúvida na existência das diferenças assinaladas pela autora. Eu mesma as coloquei e enfatizei nos trabalhos que escrevi. Entretanto, à medida que aumenta meu contato com técnicos do Estado e setores da sociedade civil que atuam nesta área, mais me convenço de que a tarefa de esboçar um perfil de jovem que perpassasse as classes sociais (como escrevi em trabalho anterior) está longe de ter um interesse puramente teórico ou acadêmico. É preciso que a problemática específica do jovem se torne visível e socialmente aceita nas suas semelhanças e diferenças entre os diferentes setores da sociedade, para que se possa pensar em formulação

de atuação pública mais adequadas especialmente para a parcela mais carente desta população. Só assim poderemos evitar que comportamentos tidos como "típicos" de jovens na classe média sejam encarados como "desvios decorrentes da pobreza" nos setores mais carentes da população.

Finalmente, gostaria de acrescentar, que da minha ótica, tanto as diferenças como as identidades e semelhanças que perpassam classes e países da América Latina foram igualmente assinaladas ao longo dos trabalhos recentes. Ambas são contribuições da maior importância, só que enquanto as diferenças mereceram destaque nos estudos de "juventude" em geral, as identidades e semelhanças mereceram destaque nos estudos sobre a "mulher jovem".

De fato, partiu de um grupo de mulheres que já contam com razoável tradição no manejo da análise das questões femininas, a percepção da necessidade de entender a problemática da mulher jovem na sua dupla especificidade — de mulher e de jovem.

Em primeiro lugar, o grupo percebeu e adotou com mais coerência o princípio sociológico de que o jovem é um ator específico com conduta bem diferenciada da que manifestam outros atores sociais. Deste pressuposto caminharam rapidamente para a adoção de um princípio metodológico obrigatório em estudos da juventude: as condutas juvenis dificilmente podem ser analisadas se não tomarem como referência as dimensões simbólicas da vida social.

As mulheres pesquisadoras puderam ser mais sensíveis a este princípio metodológico porque aprenderam no desenvolvimento prático de suas pesquisas que para entender a posição da mulher na sociedade não basta a referência a um sistema de interesses econômicos que supõe a produção (como no caso do homem adulto), é fundamental tomar como referência o processo de produção e reprodução da vida cotidiana e generacional da família. Ou seja, os

jovens, por não haverem ainda se integrado a um sistema de interesses econômicos, ao não dispor ainda de um lugar no sistema de reprodução e finalmente não haver assumido ainda responsabilidades familiares, respondem mais claramente em sua ação e articulação a motivações próprias de uma esfera da dimensão simbólica tais como a cultura, o imaginário, a comunicação, o discurso etc.

Em segundo lugar, acostumadas a recorrer ao conceito de dominação simbólica foi fácil para o grupo de pesquisadoras adotar a postura de que há "classes de idade, classes sexuais e classes sociais" sugerida inicialmente por Bourdieu. Defende este autor que no seio da sociedade "se dá uma luta pelo monopólio da representação legítima do mundo social" e existe "a tentação de uma visão soberana", capaz de fixar os limites e as fronteiras, e, como um censor "situar uma pessoa, um ato ou uma opinião em seu lugar hierárquico apropriado, com todas as conseqüências práticas desta situação". Nem as mulheres nem os jovens, em nossa sociedade, são grupos capazes de exercer uma hegemonia de visão. Na verdade, o tema da "mulher jovem", por definição se coloca em conflito com as representações sociais hegemônicas de dois ângulos: por classe de idade (enquanto jovem) e por classe sexual (enquanto mulher). Trata-se portanto de um ponto de intersecção de duas formas de dominação simbólicas de natureza diferente. (Valdês, 1984)

Conseqüências práticas desta dupla subordinação são difíceis de constatar. Assim por exemplo há um certo consenso na sociedade de que a autonomia da jovem é ainda mais relativa que do jovem do sexo masculino, que sua responsabilidade familiar é menor. Este consenso não passa despercebido nem ao Estado nem tampouco ao empregador. É a partir dele que as trabalhadoras jovens são qualificadas como trabalhadoras de contribuição mínima na família o que na prática significa a atribuição de menor valor de mercado a um trabalho, comparativamente, de maior valor real.

3 — A Valorização das Políticas Sociais Alternativas Via Comunidade Civ

Concordo plenamente com Cecília Braslavsky quando ela destaca que a década de 80 se inaugura com o amplo predomínio da discussão da questão modernização x democracia, colocando-se na mesa de debates muito mais questões e problemas específicos do que tentativas e esforços de explicações globais da sociedade, da economia e política. Questões como: que implicações tem pagar ou não pagar a dívida externa? Como compartilhar a massificação do sistema de ensino com uma alta qualidade? Como resolver o problema da crescente exclusão do emprego produtivo? Como promover o desenvolvimento tecnológico com autonomia? etc., estão nas universidades, nos meios de comunicação, nos jornais etc.

No Brasil, a permanência de enormes desequilíbrios na desigual distribuição da renda, apesar do capitalismo dinâmico, modernizador e incorporador de mão-de-obra que prevaleceu ao longo do período autoritário acabou de certa forma priorizando a questão: Como as políticas públicas sociais de um governo democrático podem contribuir para resgatar a dívida social acumulada?

A estratégia montada de governo democrático, vista agora, com o distanciamento de alguns anos foi bastante simples.

Foi feito um diagnóstico baseado em dois níveis de análises.

De um lado, tratou-se de estabelecer um quadro dramático da situação social do país, denunciando os graus de pobreza e miséria da população.

Do outro lado, com um tom menos público e alarmista foram sendo identificadas as perversões do padrão brasileiro de proteção social, isto é, o perfil que em conjunto foram adquirindo as políti

cas públicas de corte social. As críticas recaíam sobretudo sobre o padrão de financiamento, o excesso de centralização e a falta da participação da população nos programas de intervenção estatal. Havia também uma tendência muito forte em defesa dos mecanismos alternativos e desburocratizadores da forma de prestação de serviços na área social. Uma idéia que foi ganhando força e da organização e distribuição de bens e serviços correndo paralela à máquina burocrática. Esta idéia acabara se alinhando com a idéias da participação popular, já que faz parte do diagnóstico a idéia de que a máquina é emperradora, que consumia por volta de 80% dos recursos em atividades meio e não em atividades fins.

As políticas alternativas, ou os programas sociais como ficaram mais conhecidos, foram realizados basicamente via convênios e consórcios com prefeituras mas também foi muito forte a ativa participação comunitária, sobretudo nos programas de Promoção Social, Habitação e Alimentação.

Nas áreas em que a atuação comunitária via convênios e consórcios foi mais representativa foram também as áreas onde a dramaticidade do quadro foi traçada com linhas mais fortes e negras.

Hoje temos condições de falar com mais segurança que no início dos anos 80, no rastro do processo de democratização houve claras tentativas de superdimensionar o volume e as condições de pobreza dos chamados setores populares da sociedade. No caso específico de São Paulo, temos mesmo condições de mostrar que esta tendência teve o apoio e o incentivo de alguns setores progressistas da igreja católica.

A conduta mais comum é interpretar ou mesmo manipular os dados, tendendo para o sentido comentado. Outra também comum, consiste simplesmente em não apresentar dados cujos resultados contrariam as versões que o pesquisador tem da realidade analisada.

É verdade que a grande maioria dos usuários destas informações desconhecem completamente a existência de qualquer tipo de manipulação. Entretanto não foram poucos aqueles que tinham plena consciência deste tratamento dado às informações estatísticas e justificam-na em nome de uma postura que deveria (ainda que fosse manipulando dados e entrando no jogo dos meios de comunicação) deixar clara as mazelas e seqüelas do modelo concentrador de renda que prevaleceu nos vinte anos de regime autoritário.

Na área da habitação, a inflação dos indicadores das péssimas condições de moradia da população de baixa renda ocorreu especialmente na oscilação e dimencionamento da caracterização da população moradora em cortiço, dentro da idéia de que a denúncia das favelas já não sensibilizava o suficiente.

Apenas para dar uma idéia da disparidade as informações, as cifras apontadas pelo noticiário variaram de 1 milhão (jornal do Brasil, dez. 1981; antes do governo democrático) de moradores em cortiços até 4 milhões (Folha da Tarde, 15 agos. 1983 após o governo democrático).

Com relação a jovens e crianças de rua (menores) já ouvi e li que existiam no Brasil 32 milhões, 25 milhões de crianças abandonadas, sem que disponhamos, ainda, de qualquer base real para sua avaliação.

A minha participação por um ano enquanto representante da Fundação Carlos Chagas no Conselho de Representantes do Programa do Menor do Estado de São Paulo, deixou claro que por trás dos discursos inflacionadores de "menores carentes e abandonados" haviam objetivos bem mais concretos e práticos. Órgãos públicos ou organizações da sociedade civil (sobretudo a igreja) procuravam superdimensionar o volume e a carência de sua clientela específica e com isso conseguir canalizar um volume mais expressivo de verbas

diretas ou repasses das mesmas. Crianças e jovens em "situação irregular" significam a criação e manutenção de uma estrutura especial, paralela de atendimento; significam dinheiro (salários e convênios), votos, acesso aos meios de comunicação de massa. Crianças e jovens em "situação irregular" acabam por ser a razão de existir de organismos internacionais e nacionais; públicos e privados. Diz-se, por exemplo, que cada criança que perambula pela Praça da Sé (praça central de São Paulo) é "atendida" por ou "serve" a 6 programas diferentes especializados em meninos(as) de rua.

O Conselho de Representantes do Programa do Menor* foi desativado e seus dois objetivos — uma articulação e integração entre as diferentes políticas públicas para a clientela de crianças e jovens (objetivo proposto por todos os representantes) e um debate político-ideológico do tema (proposto por alguns representantes) absolutamente frustrados. Teve entretanto um saldo positivo, o de ter propiciado, pela primeira vez no Estado de São Paulo, uma experiência de convívio entre representantes da sociedade civil, tornando mais nítida as divergências e os impasses.

Finalizando: É verdade que a preocupação com o atendimento integrado ao adolescente e jovem é um tema novo no país e que está começando a se constituir como objeto de conhecimento. Trata-se também de um objeto de conhecimento bastante complexo, na medida que implica de imediato, numa necessidade de resposta a necessidade/direitos de pelo menos dois interlocutores freqüentemente em conflito — o jovem e a família — e que apela por uma abordagem interdisciplinar.

* O Conselho de Representantes do Menor era estruturado de forma idêntica aos demais, sendo composto por representantes das Secretarias de Estado e da Sociedade Civil. Os demais Conselhos são: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; Conselho do Meio Ambiente; Conselho da Pessoa deficiente.

A novidade e a complexidade do tema podem explicar a pobreza e o desvio de conhecimento que dispomos — teórica e empírica — mas são limitações que podem ser superadas, desde que haja desejo político para tanto. Reuniões deste tipo certamente contribuem neste sentido.

¹⁷ Código de Menores (Lei n.º 6.697, de 10.10.1979):

"Art. 2.º — Para os efeitos desse Código, considera-se em situação irregular o menor:

I. privado das condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II. vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;

III. em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se de modo habitual em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV. privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V. Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI. autor de infração penal".

¹⁸ Código de Menores:

"Art. 99 — O menor de dezoito anos a que se atribua autoria de infração penal será desde logo encaminhado à autoridade judiciária.

§ 2.º — Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o menor à repartição policial especializada ou a estabelecimento de assistência, que apresentará o menor à autoridade judiciária no prazo de 24 horas".

¹⁹ Código de Menores:

"Art. 94 — Qualquer pessoa poderá e as autoridades administrativas deverão encaminhar à autoridade judiciária competente o menor que se encontre em situação irregular nos termos dos incisos, I, II, III e IV do art. 2.º desta Lei".